

Gestão em Saúde

JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS E FORMAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA (C.A.T.)

Sérgio Renato Macedo Chicote 1, Jéssica Cristina Caretta Teixeira 1, Alcides Antônio Maciel Júnior 1

1 Prefeitura Municipal De Ituverava - Prefeitura Municipal De Ituverava

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A Judicialização da saúde pública nos dias atuais vem gerando inúmeros problemas para os gestores, acarretando na desestruturação do planejamento dos serviços de saúde. Neste trabalho foram utilizados dados referentes à judicialização de medicamentos durante o período de janeiro 2011 a dezembro de 2016 em Ituverava/SP. O objetivo deste foi de analisar o impacto da judicialização de medicamentos na saúde do município e como a Comissão de Avaliação Técnica (C.A.T.) auxiliou na redução de gastos. Foram 404 judicializações; em 2011 foram 41 ações e gastos R\$ 52.641,03; em 2012 foram 67 ações e gastos R\$ 126.249,03; em 2013 foram 98 e gastos R\$ 257.530,22; em 2014 foram 89 e gastos R\$ 648.098,76 e em 2015 foram 109 e gastos R\$ 922.028,80, em 2016 foram 128 e gastos R\$ 684.900,60. Conclui-se que com a C.A.T. foi possível diminuir os gastos através de uma análise mais detalhada das judicializações, não deixando de atender a população, norteando-se pelos princípios do SUS para esse atendimento. Introdução Atualmente, um dos maiores desafios para os gestores em saúde é o crescente número de judicializações referente a produtos, tratamentos e procedimentos de saúde, que na grande maioria não são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que demanda planejamento sobre a gestão do orçamento da saúde em relação aos serviços prestados (CHIEFFI, BARATA, 2010). A política de assistência farmacêutica de fornecimento de medicamentos segue o princípio da universalidade. A lei que rege sobre o direito à saúde e políticas do SUS não são direcionadas a uma classe social específica ou com limites de recurso financeiros para compra de medicamentos, embora há certos medicamentos que não são ofertados pelo SUS nas unidades de saúde (MEDEIROS, DINIZ, SCHWARTZ, 2013). O aumento do número de ações acarreta em transtornos para o setor público de finanças do Estado, que acaba sendo ineficiente, pois perde seu poder de compra. A distribuição de medicamentos de forma inconsequente privilegia pacientes com maior recursos financeiros para custear advogados e acesso à informação, gerando prejuízos em relação aos que tem maior necessidade (VIEIRA, 2008). Justificativa: A partir do levantamento do impacto financeiro ao qual a judicialização em saúde causou no município, percebemos a necessidade de criar mecanismos regulatórios para ajustar esses gastos e utilizá-los coletivamente, como premissa do SUS.

OBJETIVOS

O objetivo do presente trabalho foi analisar o impacto da judicialização de medicamentos na saúde no município de Ituverava-SP e a atuação da Comissão de Avaliação Técnica (C.A.T.) auxiliou na redução de gastos.

METODOLOGIA

A partir de 2011, a Secretaria Municipal da Saúde iniciou o levantamento do número de judicializações de medicamentos, gasto financeiro e quais os medicamentos de menor e maior custo. Em 2016, com análise do aumento de ações e valores gastos anualmente de forma

exacerbada, foi criada Comissão de Avaliação Técnica (C.A.T.), formada por uma equipe técnica de enfermeiras, médicos, farmacêuticos, fisioterapeutas, assistente social, nutricionista, gestor em saúde, com reuniões semanais, com o objetivo de diminuir os gastos financeiros, pensando no coletivo e ao mesmo tempo atender a população, dando acesso a rede pública de saúde. Inicialmente, foi apresentado para os juízes da comarca um dossiê do município com toda sua rede, estruturada em unidades básicas, de média e alta complexidade, demonstrou-se os indicadores de saúde, diminuição de internações, Acidente Vascular Cerebral, Infartos do miocárdio em outras. O intuito maior na criação da C.A.T. foi de dar suporte ao Judiciário, sendo um respaldo técnico em saúde, sendo essa comissão avaliadora de forma mais detalhada juntamente com a sua equipe a real necessidade do fornecimento desses medicamentos para o usuário esgotando-se todos os meios existentes pelo SUS.

RESULTADOS

Tabela 1. Quantidade de ações atendidas durante o ano e despesas. Ano Quantidades de ações atendidas Despesas 2011 41 R\$ 52.641,03 2012 67 R\$ 126.249,03 2013 98 R\$ 257.530,22 2014 89 R\$ 648.098,76 2015 109 R\$ 922.028,80 2016 128 R\$ 684.900,27 Fonte: Secretaria Municipal de Saúde Ituverava, 2017. Tabela 2. Medicamentos de menor custo por unidade e valor total gasto. Ano Medicamento de menor custo por unidade Despesas 2011 Amitriptilina 25 mg R\$ 1,30 2012 Losartana 50 mg R\$ 0,03 2013 Ácido Acetilsalicílico 100 mg R\$ 0,009 2014 Ácido Acetilsalicílico 100 mg R\$ 0,012 2015 Ácido Acetilsalicílico 100 mg R\$ 0,017 2016 Ácido Acetilsalicílico 100 mg R\$ 0,017 Fonte: Secretaria Municipal de Saúde Ituverava, 2017. Tabela 3. Medicamentos de maior custo por unidade e despesas. Ano Medicamento de maior custo por unidade Despesas 2011 Lucentis 10 mg/ml - ampola R\$ 2.261,49 2012 Lucentis 10 mg/ml - ampola R\$ 2.261,49 2013 Teriparatida 250 mcg/ml caneta (Fortéo) R\$ 2.710,00 2014 MabThera 500 mg/frasco 50 ml (Rituximabe) R\$ 4.182,54 2015 Brentuximabe vedontina 50 mg R\$ 11.284,26 2016 Afinitor R\$ 9.663,60 Fonte: Secretaria Municipal de Saúde Ituverava, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento exacerbado da judicialização em saúde referente a medicamentos e insumos deste município, com isso uma das premissas do SUS está no atendimento coletivo, e com esse crescimento da judicialização, percebemos o comprometimento deste atendimento, assim, há uma necessidade de entender melhor esse processo através de dados obtidos pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de Ituverava, podendo ser mudado paradigmas para que haja atendimento de qualidade, para mais usuários e com aplicação correta dos recursos, assim foi feito, através da criação da C.A.T., comissão que com sua equipe multiprofissional, pode avaliar todas as ações, e requerimentos administrativos que são inseridos na SMS de Ituverava. Podemos observar uma diminuição nos gastos em 2016 (R\$ 684.900,27) em relação a 2015 (R\$ 922.028,80), cerca de 26%, mesmo com um aumento do número de ações em 2016 (128), maior que em 2015 (109), chegando a 19% a mais do que em 2015. Portanto, esperamos com a criação da C.A.T. poder contribuir com uma melhor distribuição dos medicamentos e insumos, atingir a coletividade e sem injustiças, podendo atender a população dentro dos princípios que norteiam o SUS.